JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.08.31 05:43:40 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 31 de agosto de 2023 • Nº 1635 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

FIM AO GOLPISMO

PT cobra punição a militares por ataques de 8/1

O diretório nacional do PT decidiu cobrar publicamente a punição exemplar dos militares envolvidos nos ataques golpistas de 8 de janeiro, quando bolsonaristas invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes. O comando petista também optou por não barrar alianças com o partido do ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2024. A resolução aprovada pelos petistas ainda defende a reeleição de Lula em 2026. A resolução que resultou do encontro, divulgada ontem, aponta como "urgente uma tomada de posição contundente em relação ao papel dos militares em nossa democracia, delimitando suas funções ao que está previsto na Constituição". PÁGINA 5

PAGAMENTOS

Câmara ignora Haddad e vota desoneração da folha

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto do projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. O texto representa uma derrota dupla para o ministro Fernando Haddad (Fazenda), que é contrário tanto ao teor principal da proposta como ao benefício para municípios incluído pelos parlamentares. Ambos reduzem as receitas federais. O projeto recebeu 430 votos favoráveis e 17 contrários. Na noite anterior, a Câmara já havia aprovado a urgência da matéria por ampla margem - 390 votos, mais do que o suficiente para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição, que exige 308 votos). Somente 15 parlamentares votaram contra a urgência.Como a proposta foi alterada pelos deputados, o texto retorna para o Senado. Os senadores irão se debruçar somente pelas mudanças feitas pela Casa vizinha. Haddad é contra a proposta porque ela levará a uma perda de arrecadação no momento em que o governo federal enfrenta dificuldades para alcançar a meta fiscal de 2024, que prevê déficit zero. O parecer dos deputados sobre a proposta cita que a desoneração às empresas gera um impacto estimado pela Receita Federal em R$ 9,4 bilhões ao ano. A medida permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência Social e outras contribuições.

PROPOSTA

Orçamento para 2024 terá R$ 168 bi em receitas extras

Para alcançar o déficit zero prometido pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai enviar a proposta de Orçamento de 2024 com uma previsão de R$ 168 bilhões em receitas extras, a partir de medidas que ainda precisam da aprovação do Congresso Nacional ou implementação pelo Executivo. O grau de incerteza que cerca essas fontes de arrecadação tem alimentado a pressão dentro do próprio governo para rediscutir a meta fiscal até o fim deste ano, como mostrou a Folha de S.Paulo. O Ministério da Fazenda vê o movimento como "fogo amigo". A pasta avalia que o reequilíbrio das contas é fundamental para estabilizar a trajetória da dívida pública. PÁGINA 2

CONSELHO FISCAL

VALTER CAMPANATO/ABRASL

Senado aprova projeto de lei que muda regras do Carf

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que restabelece o chamado voto de desempate no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). A proposta é uma das principais medidas do ministro Fernando Haddad (Fazenda) (**foto**) para elevar a arrecadação na tentativa de reequilibrar as contas públicas. O texto foi aprovado por 34 votos a 27. O PL agora segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O resultado representa uma vitória parcial de Haddad, que insistiu na aprovação da medida desde o começo do ano. No entanto, ele teve de ceder em diferentes pontos ao longo da tramitação. O Carf é uma espécie de tribunal (mas de âmbito administrativo, não do Judiciário) que julga disputas bilionárias entre União e empresas sobre o pagamento de impostos. Os julgamentos do conselho são decididos após votos em igual número tanto da Receita Federal como dos contribuintes; em casos de empate, o presidente da câmara (que é representante da Receita) era responsável pelo resultado até 2020. Naquele ano, no entanto, o voto de desempate foi retirado do Carf pelo Congresso por meio de uma emenda inserida de última hora em uma MP (medida provisória). O então presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou o texto.

CONTAS

Governo Central tem 2º maior déficit para julho

PÁGINA 4

JULHO

Brasil gera 142.702 empregos formais

O Brasil criou 142.702 novos postos de trabalho em julho. Só no setor de serviços, foram geradas 56.303 vagas. No comércio, o saldo aumentou em 26.744 postos de trabalho. De acordo com o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no acumulado do ano foram gerados 1.166.125 postos de trabalho. Os números foram divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O saldo positivo foi registrado em todos os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas e em 26 das 27 unidades federativas. O estoque total recuperado para o Caged no mês fico em 43.610.550 postos de trabalho formais no país. O salário médio real de admissão em julho foi R$ 2.032,56, valor R$ 19,33 acima do registrado em junho (R$ 2.013,23). O saldo no setor de serviço foi maior nas áreas de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (saldo de 27.218 postos); alojamento e alimentação (9.432 postos). PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -0,73% / 117.535,10 / -868,51 / Volume: R$ 16.778.224.141 / Negócios: 3.097.677

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
CVC BRASIL ON NM	2.74	+23.98	+0.53
DEXCO ON NM	8.50	+4.04	+0.33
CSNMINERACAOON N2	4.350	+2.84	+0.120
YDUQS PART ON ED NM	20.82	+0.82	+0.17
CEMIG PN N1	12.61	+2.02	+0.25

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
VIA ON NM	1.33	–7.64	–0.11
IRBBRASIL REON NM	45.04	–5.20	–2.47
ALPARGATAS PN N1	9.00	–6.25	–0.60
MINERVA ON NM	8.60	–6.11	–0.56
REDE D OR ON NM	28.640	–3.11	–0.920

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	64.98	+0.02	+0.01
PETROBRAS PN EDJ N2	32.62	+0.68	+0.22
ITAUUNIBANCOPN N1	27.67	–1.91	–0.54
B3 ON NM	13.22	–3.08	–0.42
BRADESCO PN N1	15.16	–1.56	–0.24

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.890,24	+0,11
NASDAQ Composite	14.019,31	+0,54
Euro STOXX 50	4.317,79	-0,23
CAC 40	7.364,4	-0,12
FTSE 100	7.473,67	+0,12
DAX 30	15.891,93	-0,24

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (02/08)	13,25%
Poupança 3 (30/08)	0,7171%
TR (30/08)	0,1886%
IGP-M	-0,72% (jul.)
IPCA	0,12% (jul.)
CDI (02/08)	13,15%
OURO BM&F/grama	R$ 309,98
EURO Comercial	Compra: 5,3170 Venda: 5,3176
EURO turismo	Compra: 5,3612 Venda: 5,5412
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,8653 -0,11%
DÓLAR comercial	Compra: 4,8681 Venda: 4,8687
DÓLAR turismo	Compra: 4,8790 Venda: 5,0590

Economia

MERCADOS

Bolsa cai e dólar sobe 0, 33% com projeto de Orçamento no radar

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu e voltou ao patamar dos 117 mil pontos ontem pressionada pelo setor bancário e em meio a discussões sobre o projeto de Orçamento de 2024, que deve ser apresentado pelo governo hoje.

Já o dólar registrou alta ante o real após a divulgação de dados que mostraram desaceleração da economia dos Estados Unidos. A formação da taxa Ptax, que ocorre no último dia útil do ano, também pressionou a moeda americana no Brasil.

Nesse cenário, o Ibovespa (Índice Bovespa) caiu 0,73%, aos 117.535 pontos, enquanto o dólar subiu 0,33%, terminando o dia cotado a R$ 4,869.

Dados divulgados pela manhã mostraram que o crescimento econômico dos Estados Unidos no segundo trimestre foi revisado para baixo, embora a um ritmo ainda sólido, de 2,1%.

Os números sinalizaram desaquecimento da economia americana e endossaram as apostas de que o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) não deve realizar uma nova alta de juros neste ano, levando otimismo ao mercados globais.

Com isso, o dólar teve baixa significativa no exterior, com o índice que mede o desempenho da moeda ante outras divisas fortes registrando queda de 0,35%. Além disso, os principais índices acionários americanos tiveram alta: o S&P 500, o Dow Jones e o Nasdaq subiram 0,38%, 0,11% e 0,54%, respectivamente.

Mesmo assim, o dólar fechou em alta ante o real, sob pressão do fechamento da taxa Ptax, que ocorre sempre no último dia útil do mês.

A Ptax é uma taxa de câmbio calculada pelo Banco Central com base nas cotações do mercado à vista e que serve de referência para a liquidação de contratos futuros. No fim de cada mês, agentes financeiros costumam tentar direcioná-la para níveis mais convenientes às suas posições, sejam elas compradas (no sentido de alta das cotações) ou vendidas em dólar (no sentido de baixa).

Assim, mesmo com otimismo no exterior, o Ibovespa registrou queda, numa sessão de correção após forte alta registrada no dia anterior. O índice foi pressionado por recuos de Itaú (2,02%) e Bradesco (2,38%), que ficaram entre as mais negociadas da sessão, e perdas de Via (7,69%%), Alpargatas (5,49%) e IRB Brasil (5,28%), que lideraram os tombos do pregão.

Na ponta positiva, a Petrobras teve alta de 0,67%, enquanto a Vale permaneceu estável. A líder de ganhos, no entanto, foi a CVC, registrando alta de 16,23% em reação ao pedido de recuperação judicial da 123milhas.

Analistas enxergam a crise na companhia como oportunidade de crescimento de vendas para a CVC no curto prazo, já que ambas disputam concorrência como plataformas de turismo.

Nos mercados futuros, os juros mais longos registraram alta, após oscilarem em baixa durante a maior parte da sessão, com investidores reagindo negativamente à divulgação de detalhes do Orçamento para 2024 e ao déficit primário pior que o esperado em julho.

Os contratos com vencimento em janeiro de 2027 saíram de 10,11% para 10,21%, enquanto os para 2029 foram de 10,57% para 10,69%.

PROPOSTA

Orçamento de 2024 terá R$ 168 bi em receitas extras

IDIANA TOMAZELLI/FOLHAPRESS

Para alcançar o déficit zero prometido pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai enviar a proposta de Orçamento de 2024 com uma previsão de R$ 168 bilhões em receitas extras, a partir de medidas que ainda precisam da aprovação do Congresso Nacional ou implementação pelo Executivo.

O grau de incerteza que cerca essas fontes de arrecadação tem alimentado a pressão dentro do próprio governo para rediscutir a meta fiscal até o fim deste ano, como mostrou a Folha de S.Paulo. O Ministério da Fazenda vê o movimento como "fogo amigo".

A pasta avalia que o reequilíbrio das contas é fundamental para estabilizar a trajetória da dívida pública. Por isso, a meta de zerar o déficit não é um "cavalo de batalha", diz um integrante da equipe econômica, mas sim um alvo a ser perseguido e com o qual se busca convencer o Legislativo da necessidade de aprovar as medidas.

As iniciativas para elevar a arrecadação estão divididas em três pilares. O primeiro é o de recomposição da base fiscal e correção de distorções, com duas ações. Uma é o projeto de lei que muda as regras de julgamentos de conflitos tributários no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). A expectativa do governo é arrecadar R$ 54,7 bilhões, valor que estará na proposta de Orçamento de 2024.

Segundo a fonte do governo, trata-se de uma estimativa "conservadora", que ainda não considera todo o potencial de arrecadação diante de um estoque de R$ 1,1 trilhão em disputas no tribunal administrativo.

Por outro lado, o valor desconsidera os jabutis inseridos no texto (que poderiam reduzir o poder de fogo das medidas) porque há uma chance elevada de eles serem vetados pelo presidente a pedido da Fazenda.

A outra ação é a MP (medida provisória) que vai regulamentar a decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) sobre a tributação de benefícios fiscais do ICMS. A equipe econômica espera arrecadar R$ 37,3 bilhões, o que inclui apenas o fluxo futuro de receitas, sem contabilizar a solução para o estoque do que não foi pago devidamente pelas companhias em anos anteriores.

O entendimento do governo é que, ao ampliar o lucro das empresas, os incentivos concedidos no âmbito do ICMS não relacionados diretamente a investimentos devem ser incluídos na base de cálculo de IRPJ e CSLL, tributos federais.

A decisão do STJ deu vitória ao governo, mas prevê que a Receita Federal fará a cobrança depois das declarações das empresas, mediante fiscalização, o que poderia dificultar a recuperação desses valores.

A MP vai prever que haja um processo para as empresas justificarem os investimentos ao Fisco, e então a Receita conceda um crédito financeiro equivalente a 25% do valor, a ser usado no abatimento dos tributos federais. Assim, não será necessário esperar a fiscalização.

O segundo pilar trata de isonomia tributária e enfrentamento a abusos. Nesse grupo de medidas estão a MP para taxar fundos exclusivos de investimento no Brasil e o projeto de lei, com urgência constitucional, para tributar os fundos e recursos offshore (mantidos em paraísos fiscais fora do país).

Os dois atos foram editados por Lula na segunda-feira passada. A expectativa é arrecadar R$ 13,28 bilhões com fundos exclusivos e R$ 7,05 bilhões com offshores no ano que vem.

Uma terceira medida é o fim do JCP (Juros sobre Capital Próprio), uma forma alternativa de uma empresa remunerar seus acionistas recolhendo menos tributos. A avaliação do governo é de que o uso do mecanismo foi desvirtuado, o que justifica sua extinção.

O governo vai incluir no Orçamento uma previsão de receitas da ordem de R$ 10 bilhões com o fim do JCP. Um integrante da equipe econômica, porém, admite que essa fonte de arrecadação é uma das mais incertas dentro do pacote.

A avaliação do governo é que o debate sobre o JCP está menos maduro do que a taxação dos fundos exclusivos ou offshore, por exemplo.

Empresas têm ponderado sobre a necessidade de discutir mudanças no JCP em conjunto com as demais regras de tributação da renda das empresas -eixo que será alvo da segunda fase da Reforma Tributária, ainda a ser enviada ao Congresso Nacional. O governo tem se mostrado sensível a este argumento.

Por isso, o Executivo vai enviar um projeto de lei para tratar do tema da JCP, mas sem urgência constitucional. Segundo a fonte do governo, o texto vai "justificar" a inclusão da estimativa de arrecadação na proposta de Orçamento de 2024, mas a expectativa é fazer uma discussão mais ampla ao longo dos próximos meses.

O terceiro eixo é uma demanda das próprias empresas e consiste no que o governo tem chamado de uma melhora no relacionamento com a administração tributária federal. O governo vai colocar em prática novas modalidades de transação tributária -uma espécie de renegociação de dívidas de contribuintes sob condições mais atrativas, com possibilidade de descontos- ainda não exploradas pelo Executivo.

Uma delas será executada pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e vai oferecer negociação para contribuintes resolverem disputas envolvendo grandes teses do Judiciário. O governo prevê arrecadar R$ 12 bilhões com essa iniciativa.

As teses incluem, por exemplo, os parcelamentos especiais e extraordinários feitos desde 2000 que geraram um contencioso enorme por causa da exclusão de contribuintes por não pagamento ou parcela inferior ao valor mínimo.

Como já há uma série de decisões favoráveis aos devedores, não se trata neste caso de livrá-los da cobrança, mas sim permitir seu retorno aos programas de renegociação mediante os benefícios. O objetivo da PGFN é fazer um edital da transação para solucionar esses e outros processos.

O governo também vai explorar o instrumento da transação tributária no âmbito da Receita Federal. A proposta de Orçamento vai incluir cerca de R$ 30 bilhões com essas negociações - segundo a equipe econômica, o valor equivale a apenas 2% do estoque de créditos ainda em fase de cobrança na Receita.

O Orçamento também prevê receitas com outras medidas, como a regulamentação de apostas esportivas. Uma MP e um projeto de lei já foram enviados ao Congresso Nacional. O governo vai incluir na peça orçamentária uma estimativa de R$ 700 milhões, aquém do potencial indicado pelas empresas, de cerca de R$ 10 bilhões.

Outros R$ 3 bilhões são esperados com medidas menores, a serem detalhadas após a entrega do projeto de Orçamento nesta quinta-feira (31).

O governo também prevê o ingresso de cerca de R$ 20 bilhões com a nova regra de tributação de preços de transferência, mas o valor ainda não foi incluído no Orçamento. Há também negociação com o Senado Federal para aprovar uma nova rodada de repatriação de recursos no exterior, o que pode gerar novas receitas, mas isso ainda é considerado incerto pelo governo.

Orçamento de 2024 ampliará gasto em R$ 129 bilhões, diz Tebet

BERNARDO CARAM//FOLHAPRESS

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 será enviado na hoje ao Congresso com uma previsão de que a despesa primária crescerá R$ 129 bilhões em relação a este ano, disse ontem a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, Tebet afirmou que a maior parte dessa alta será consumida por gastos obrigatórios, e apenas R$ 9 bilhões dizem respeito a despesas discricionárias.

O aumento de gasto proposto, segundo a ministra, já considera R$ 32 bilhões que ficarão condicionados à aprovação posterior do Congresso. O dispositivo, derrubado na votação do arcabouço fiscal e que ainda consta em outro projeto em tramitação, permite que o governo amplie gastos em 2024 caso a inflação suba entre o meio e o fim deste ano.

A apresentação da ministra indicou que o limite total de gastos primários do governo federal em 2024 será de R$ 2,093 trilhões.

De acordo com a ministra, o Orçamento será apresentado com meta de déficit zero e, para isso, o governo precisa ampliar a arrecadação em R$ 168 bilhões.

Tebet afirmou que a peça orçamentária trará todas as projeções de receitas para atingir esse objetivo, incluindo medidas que ainda dependem de aprovação do Congresso.

Ela ponderou que eventual fracasso em medidas -como a que muda regras do Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais) ou a regulamentação de vitórias tributárias na Justiça- inviabilizará o cumprimento do déficit zero.

Na apresentação, a ministra ainda afirmou que o Orçamento de 2024 vai prever um estoque de R$ 100 bilhões de precatórios não pagos que estão sendo empurrados pelo governo por conta de norma aprovada no governo anterior.

TAXAÇÃO

Fundos de super-ricos atraem R$ 13,6 bilhões

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

Em meio às discussões em torno da tributação dos rendimentos dos super-ricos, os fundos exclusivos seguiram atraindo o interesse de investidores endinheirados ao longo dos últimos meses. Dados da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) indicam que no acumulado de 2023, até julho, os fundos exclusivos tiveram captação líquida positiva de R$ 13,6 bilhões. O resultado reverte a tendência observada ao longo do ano passado, quando os fundos tiveram resgates líquidos de R$ 21,9 bilhões.

Ainda de acordo com os dados da associação, o patrimônio líquido dos fundos exclusivos somava R$ 966,2 bilhões em julho, crescimento de 10,5% em relação aos R$ 873,7 bilhões em dezembro. Na segunda-feira passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou a medida provisória para taxar os rendimentos dos fundos exclusivos.

As medidas foram tomadas para obter novas receitas e, segundo o governo, corrigir distorções na legislação. Parte dos recursos será usada para compensar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda. Segundo o governo, a MP tem potencial de arrecadar R$ 3,21 bilhões em 2023. Em 2024, a MP dos fundos tem previsão de chegar a R$ 13,28 bilhões em receitas. A expectativa é arrecadar outros R$ 3,51 bilhões em 2025 e R$ 3,86 bilhões em 2026. A MP prevê uma taxação de 15% a 20% sobre os rendimentos desses fundos duas vezes ao ano -cobrança conhecida no mercado financeiro como "come-cotas". Antes da medida do governo, uma das principais vantagens dos fundos exclusivos era o fato de eles não estarem sujeito à cobrança do come-cotas.

O come-cotas é uma antecipação no recolhimento de imposto feita semestralmente nos meses de maio e novembro que incide sobre o rendimento dos fundos de renda fixa, cambiais e multimercados. A alíquota varia entre 15% e 20%, a depender do prazo do investimento. No fundo exclusivo, como não havia a cobrança do come-cotas, o dinheiro que seria repassado à Receita seguia rendendo dentro da carteira de investimento até que fosse feito o resgate, o que representava uma vantagem importante.

Nota

BRASIL GEROU 142.702 NOVOS EMPREGOS FORMAIS EM JULHO

O Brasil criou 142.702 novos postos de trabalho em julho. Só no setor de serviços, foram geradas 56.303 vagas. No comércio, o saldo aumentou em 26.744 postos de trabalho. De acordo com o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no acumulado do ano foram gerados 1.166.125 postos de trabalho. Os números foram divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O saldo positivo foi registrado em todos os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas e em 26 das 27 unidades federativas. O estoque total recuperado para o Caged no mês fico em 43.610.550 postos de trabalho formais no país. O salário médio real de admissão em julho foi R$ 2.032,56, valor R$ 19,33 acima do registrado em junho (R$ 2.013,23). O saldo no setor de serviço foi maior nas áreas de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (saldo de 27.218 postos); alojamento e alimentação (9.432 postos); e transporte, armazenagem e correio (8.904). No setor de comércio, a área de comércio varejista de produtos farmacêuticos registrou saldo positivo de 3.554 novos postos de trabalho. Já na área de mercadorias em geral (com predominância de produtos alimentícios), os supermercados apresentaram saldo positivo de 2.419 novas vagas, enquanto minimercados registraram alta de 1.704. O saldo positivo na construção civil ficou em 25.423, enquanto a indústria teve saldo foi 21.254 novos postos. Houve um aumento de 43.947 novos empregos formais para mulheres e de 98.755 para homens. -No que se refere à População com Deficiência, identificou-se saldo positivo de 452 postos.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores

CNPJ nº 33.775.974/0001-04

Balanço patrimonial Em 30/06/23 e 31/12/22 (Em MR$)	30/06/23	31/12/22
Ativo	352.498	350.878
Circulante	294.538	298.134
Disponibilidades (Nota 4)	5.732	2.034
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	115.999	134.981
Instrumentos financeiros	49.432	54.752
TVM (Nota 6)	49.432	54.752
Outros créditos	120.252	103.788
Rendas a receber	4.075	4.697
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	108.088	86.382
Diversos (Nota 7)	8.089	12.709
Outros valores e bens	3.123	2.579
Despesas antecipadas	3.123	2.579
Não circulante	59.960	52.744
Outros créditos	47.489	40.558
Créditos tributários (Nota 13)	11.387	9.143
Diversos (Nota 7)	36.102	31.415
Imobilizado de uso (Nota 9)	5.705	6.692
Intangível (Nota 10)	4.766	5.494
Passivo	352.498	350.878
Circulante	271.337	267.234
Depósitos	133.481	136.256
Outros depósitos (Nota 11)	133.481	136.256
Outras obrigações	137.856	130.978
Sociais e Estatutárias (Nota 12.c)	23.185	23.974
Fiscais e previdenciárias (Nota 12.a)	3.753	9.483
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	105.002	91.581
Diversas (Nota 12.b)	5.916	5.940
Não circulante	18.578	17.447
Outras obrigações	18.578	17.447
Diversas (Nota 12.b)	16.498	15.509
Fiscais e previdenciárias (Nota 12.a)	2.080	1.938
Patrimônio líquido (Nota 15)	62.583	66.197
Capital social	43.187	43.187
Reserva de lucros	19.396	23.010

Demonstração do resultado Semestres findos em 30 de junho (Em MR$)	30/06/23	30/06/22
Receitas da intermediação financeira	31.972	38.556
Resultado de operações de crédito	0	92
Resultado de operações com TVM	30.799	38.343
Resultado de operações de câmbio	166	0
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos	1.007	121
Resultado bruto da intermediação financeira	31.972	38.556
Outras receitas (despesas) operacionais	(17.164)	(4.031)
Receitas de prestações de serviços (Nota 17)	36.681	48.008
Despesas de pessoal	(20.305)	(22.434)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(30.056)	(27.705)
Despesas tributárias	(4.541)	(5.633)
Outras receitas operacionais	2.306	4.194
Outras despesas operacionais	(1.249)	(461)
Resultado operacional	14.808	34.525
Resultado não operacional	110	514
Result. antes da tributação sobre o lucro e das particip.sobre o lucro	14.918	35.039
IR e C.S. (Nota 13)	1.969	(3.965)
Provisão para IR	0	(1.529)
Provisão para C.S.	(133)	(904)
Ativo fiscal diferido	2.102	(1.532)
Participações nos lucros	(20.501)	(27.282)
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre	(3.614)	3.792
(Prejuízo)/Lucro por ação - R$	(21,02)	21,12

Demonstração do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho (Em MR$)	30/06/23	30/06/22
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre	(3.614)	3.792
Resultado abrangente	(3.614)	3.792

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho (Em MR$)	Integralizado	A integralizar	Reserva Legal	Reserva Especial	Lucros/ prej. acumulados	Total
Saldos em 1º/01/22	39.578	-	2.813	17.304	-	59.695
Reserva de lucros (Nota 15.c)	-	-	190	-	(190)	-
Aum.de capital (Nota 15.a)	-	3.609	-	-	-	3.609
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.792	3.792
Dividendos pagos (Nota15.b)	-	-	-	(2.843)	(3.602)	(6.445)
Saldos em 30/06/22	39.578	3.609	3.003	14.461	-	60.651
Saldos em 1º/01/23	43.187	-	3.280	19.730	-	66.197
Reserva de lucros (Nota 15.c)	-	-	-	(3.614)	3.614	-
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(3.614)	(3.614)
Saldos em 30/06/23	43.187	-	3.280	16.116	-	62.583

Demonstração dos fluxos de caixa 30/06/23 (Em MR$ exceto quando indicado)	30/06/23	30/06/22
Atividades operacionais	(15.251)	(36.852)
Lucro/Prejuízo do semestre	(3.614)	3.792
Ajustes ao lucro/prejuízo:	(2.847)	10.007
Depreciação e amortização (Notas 9 e 16)	1.748	1.650
Ajuste a valor de mercado (MTM)	(1)	(2)
Provisão para contingências (Nota 14)	989	602
Provisão para tributos correntes e diferidos	(1.969)	3.965
Aumento/redução de atividades operacionais		
TVM	5.321	(5.045)
Operações de crédito	-	23
Outros créditos	(23.395)	144.817
Outros valores e bens	(544)	(978)
Depósitos	(2.775)	(16.883)
Outras obrigações	8.989	(168.793)
Atividades investimento	(33)	(1.080)
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(33)	(1.080)
Atividades de financiamento	-	(2.836)
Aumento de capital	-	3.609
Dividendos pagos	-	(6.445)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(15.284)	(40.768)
No início do semestre	137.015	143.499
No fim do semestre (Nota 4)	121.731	102.731

Notas explicativas às demonstrações contábeis 30/06/23 (Em MR$ exceto quando indicado): 1. Contexto operacional: A Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores ("Corretora" ou "Ativa Investimentos"), com sede na Av. das Américas, número 3.500, salas 311 a 318, Barra da Tijuca, RJ, CEP 22.640-102, tem como objeto a realização de operações de compra e venda de TVM junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, além de prestar serviços de administração de clubes e fundos de investimento, tendo como sua controladora a Avita Participações Ltda. **2.** Apresentação das demonstrações contábeis: foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, associadas às normas e instruções do CMN, do BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, a valores de mercado dos TVM, provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e às provisões para perdas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas periodicamente. A Resolução BCB nº 2 de 2/08/20, estabeleceu critérios gerais e procedimentos para divulgação das demonstrações contábeis, com vigência a partir/01/21, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e do Lucro por Ação, bem como as alterações efetuadas na apresentação do balanço patrimonial. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25/08/23, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados da Corretora. A Administração avaliou a habilidade da Corretora continuar operando normalmente e está convencida de que a Corretora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. **3.** Principais políticas contábeis: As políticas contábeis mais relevantes adotadas pela Corretora são as seguintes: **a)** Caixa e equivalente de caixa: Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **b)** Aplicações interfinanceiras de liquidez: Estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro-rata dia" com base na taxa efetiva das operações. **c)** TVM e instrumentos financeiros derivativos: Os TVM estão classificados nos termos da Circular BACEN nº3.068/01, nas seguintes categorias: (I) Títulos para negociação. (II) Títulos disponíveis para venda. (III) Títulos mantidos até o vencimento. Os TVM classificados na categoria I são ajustados pelo valor de mercado, sendo estes ajustes com contrapartida em conta de resultado; os títulos classificados na categoria II são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta especifica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Os TVM classificados na categoria III são avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos auferidos, reconhecidos em conta de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082 de 30/01/2002, são ajustados ao valor de mercado. **d)** Imobilizado de uso e intangível: Registrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. **e)** Intangível: Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objetivo bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 3.642, de 26/11/08. A amortização é calculada pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios. **f)** IR e C.S.: As provisões para IR e C.S., quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O IR e a C.S. diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o IR à alíquota base utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10%, quando devido, sobre bases tributáveis, e de 15% para a C.S.. A administração da Corretora, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.842 de 30/07/20, possui créditos tributários sobre adições temporárias e base negativa da C.S. sobre o lucro líquido. (Nota 13). **g)** Demais ativos e passivos: São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. **h)** Lucro/prejuízo por ação: É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos. **i)** Reconhecimento de receita/despesa: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. j) Resultado recorrente e não recorrente: Conforme Art. 34 §4º, da Resolução BCB Nº 2/20, a Ativa Investimentos divulga o resultado não recorrente em nota explicativa, apresentando eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não são relacionados (ou estejam relacionados incidentalmente) com as atividades típicas da corretora. Não ocorreram resultados não recorrentes no semestre findo em 30/06/23. **4.** Disponibilidades: O saldo desta rubrica refere-se basicamente a depósitos em bancos de primeira linha. **5.** Aplicações interfinanceiras de liquidez: Em 30/06/23 e 31/12/22, os saldos da rubrica referem-se à posição bancada de operações compromissadas lastreadas em Letras do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro, que caracterizam ativos de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com vencimentos em até 90 dias. **6.** TVM e instrumentos financeiros derivativos: Em 30/06/23 e 31/12/22, todos os TVM estão classificados para negociação.

Título	Valor de custo	Valor de mercado/ contábil	Até 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor de mercado/ contábil
	30/06/23					31/12/22
Livre Negociação - Carteira Própria	5.760	5.760	5.760	-	-	18.264
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	1.287
Certif. de Recebíveis Imobiliários - CRI	455	455	455	-	-	439
Cotas de Fundos de Investimento	5.305	5.305	5.305	-	-	16.538
Vinculados à prestação de garantias	43.671	43.672	35.701	7.971	-	36.488
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.211	21.212	13.241	7.971	-	13.531
Fundo de Invest. liquidez - FILCB	22.460	22.460	22.460	-	-	22.957
Total	**49.431**	**49.432**	**41.461**	**7.971**	**-**	**54.752**

7. Outros créditos a) Diversos

	30/06/23	31/12/22
Depósitos judiciais a)	36.102	31.415
Impostos a compensar	6.394	12.083
Adiantamentos salariais	652	97
Adiantamentos a fornecedores	1.043	529
	44.191	44.124
Circulante	8.089	12.709
Não circulante	36.102	31.415

a) O incremento do saldo de depósitos judiciais ao comparar 30/06/23 com 31/12/22, se deu pelo fato da Ativa estar realizando mensalmente um depósito referente ao processo de PIS e COFINS citado na Nota Explicativa 14, esse depósito é realizado com base no percentual de 5% do faturamento da Ativa, que antes estava coberto por uma carta fiança.

8. Negociação e intermediação de valores	30/06/23	31/12/22
Ativo	108.088	86.382
Caixa de registro e liquidação	89.351	68.729
Devedores - conta liquidação pendentes	16.544	14.253
Operações sobre ativos financeiros e mercados a liquidar	2.137	3.350
Operações de *swap* - intermediação	56	50
Passivo	105.002	91.581
Caixa de registro e liquidação	85.837	53.774
Devedores - conta liquidação pendentes	10.184	22.073
Operações sobre ativos financeiros e mercados a liquidar	6.346	712
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	2.635	15.022

As rubricas "Caixa de registro e liquidação" registram os valores a crédito e débito referentes a operações realizadas na B3 S.A., por conta própria e de clientes, bem como as correspondentes liquidações. As rubricas " Devedores - conta liquidação pendentes" e "Credores - conta liquidação pendentes" representam, basicamente, valores pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares, relativos a operações de compra e venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizadas na B3 S.A.

9. Imobilizado

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo Final
		30/06/23				
Imobilizações em curso		1.147	-	(1.136)	-	11
Instalações	10%	22	-	-	(3)	19
Móveis e utensílios	10%	839	47	-	(71)	815
Equipamentos de informática	20%	2.992	17	-	(512)	2.497
Equipamentos de comunicação	10%	397	21	-	(43)	375
Benfeitorias imóveis de terceiros	20%	1.295	1.084	-	(391)	1.988
Total		6.692	1.169	(1.136)	(1.020)	5.705

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas (a)	Depreciação/ Amortização	Saldo Final
		31/12/22				
Imobilizações em curso		6.360	1.093	(6.306)	-	1.147
Instalações	10%	28	-	-	(6)	22
Móveis e utensílios	10%	739	235	(34)	(101)	839
Equipamentos de informática	20%	3.796	332	(89)	(1.047)	2.992
Equipamentos de comunicação	10%	477	7	-	(87)	397
Benfeitorias imóveis de terceiros	20%	1.876	-	-	(581)	1.295
Total		13.276	1.667	(6.429)	(1.822)	6.692

a) O montante de R$6.261 estava registrado na rubrica de imobilizado em curso e após a sua conclusão foi transferido para a rubrica de intangível em janeiro de 2022. Esta transferência não teve impacto no resultado e no patrimônio líquido da Ativa.

10. Intangível

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo Final
		30/06/23				
Software	20%	5.494	-	-	(728)	4.766
Total		5.494	-	-	(728)	4.766
		31/12/22				
Software	20%	698	6.261	-	(1.465)	5.494
Total		698	6.261	-	(1.465)	5.494

11. Depósitos: Conforme Instrução Normativa nº 66 do BACEN/12/20, os depósitos referem-se a recursos de clientes disponíveis para negociação futura. Em 30/06/23 o saldo é de R$133.481 (31/12/22 - R$136.256).

12. Outras obrigações: a) Fiscais e previdenciárias	30/06/23	31/12/22
Provisão para impostos diferidos	2.080	1.938
Impostos e contribuições a recolher	3.753	9.483
	5.833	11.421
Circulante	3.753	9.483
Não circulante	2.080	1.938
b) Diversas	30/06/23	31/12/22
Provisões trabalhistas (Nota 14.c)	4.096	3.481
Contingências fiscais (i) (ii) (Nota 14.c)	12.402	12.028
Fornecedores	5.556	5.734
Outras obrigações	360	206
	22.414	21.449
Circulante	5.916	5.940
Não circulante	16.498	15.509

(i) A Corretora questiona judicialmente, ação de cobrança de IRPJ e CSLL decorrentes de divergência de critério de atualização monetária das demonstrações contábeis adotado em janeiro de 1989. A administração registrou provisão referente ao montante depositado judicialmente no exercício de 2010. O montante vem sendo atualizado à taxa SELIC. (ii) Em janeiro de 2008, a Corretora impetrou questionamento judicial requerendo suspensão da exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas de intermediação financeira a partir/02/08. Em fevereiro de 2008, foi emitido Mandato de Segurança dando à Corretora o direito de depositar judicialmente os valores que seriam devidos. Dessa forma, a Corretora depositou judicialmente os valores de PIS e COFINS sobre receitas contábeis com competência/02/08 a dezembro de 2013, constituindo provisão em igual valor. O saldo da posição é atualizado, mensalmente, pela taxa Selic. c) Sociais e Estatutárias: Em 30/06/23 o saldo da rubrica é representado majoritariamente pela Participação nos Lucros e Resultados no valor de R$20.501 (31/12/22 - 27.282).

13. IR e C.S.: Demonstração da conciliação entre o IR e a C.S. à taxa efetiva e nominal

	30/06/23 IR	30/06/23 CS	30/06/22 IR	30/06/22 CS
Resultado antes do IR e da C.S.	(5.583)	(5.583)	7.758	7.758
Alíquota média do semestre - alíquota vigente %	25%	15%	25%	15%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota média do semestre	-	-	582	465
Adições	1.651	1.111	1.568	1.159
Exclusões	(373)	(373)	(303)	(303)
Base de cálculo de IRPJ e CSLL antes da compensação	-	-	9.023	8.613
(-) Compensação prejuízos anteriores	-	-	(2.707)	(2.584)
Base de IRPJ e CSLL após compensação	(4.305)	(4.845)	6.316	6.030
IRPJ no resultado	-	-	(1.566)	-
CSLL no resultado	-	-	-	(904)
(-) PAT	-	-	37	-
Total IRPJ e CSLL efeito no resultado	-	-	(1.529)	(904)
IRPJ diferido no resultado	(903)	-	(970)	-
CSLL diferido no resultado	-	(1.199)	-	(562)
Total IRPJ e CSLL efeito diferido	(903)	(1.199)	(970)	(562)
Total IRPJ e CSLL efeito no resultado	(903)	(1.199)	(2.499)	(1.466)

Créditos tributários: A Corretora possui prejuízos fiscais e base negativa de IR e C.S. não registrados, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente. A Corretora também possui adições/exclusões temporárias na base do IR e C.S. sobre o Lucro Líquido. Em 30/06/23 e 31 de dezembro 2022 as bases de créditos tributários eram as seguintes:

Movimentação das bases de créditos tributários

Discriminação	Prejuízo fiscal	Base negativa da CSLL	Outras despesas	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais	Totais
Saldo em 31/12/22	-	10.350	3.467	15.510	4.845	34.172
Prejuízo Fiscal/Base Negativo no semestre	4.305	4.845	-	-	-	9.150
Realização/Reversão	-	-	112	989	355	1.456
Saldo em 30/06/23	4.305	15.195	3.579	16.499	5.200	44.778

Com base na Resolução CMN no. 4.842 de 30/07/20 e Resolução BCB no. 15 de 17/09/20, em 31 dezembro de 2020 a Corretora constituiu crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa da C.S. sobre o Lucro Líquido e diferenças temporárias. Em 30/06/23 o crédito tributário apresentou a seguinte movimentação:

Movimentação dos créditos tributários

Discriminação	Prejuízo fiscal	Base negativa da CSLL	Outras despesas	Provisão para contingências	CM Depósitos Judiciais	Totais
Saldo em 31/12/22	-	1.553	1.387	6.203	(1.938)	7.205
Constituição	1.076	727	45	396	(142)	2.102
Realização/Reversão	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/23	1.076	2.280	1.432	6.599	(2.080)	9.307

Com base nas projeções de resultados, a Administração considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis. As estratégias de planejamento tributário adotadas para a determinação do valor de realização dos impostos diferidos são prudentes e realistas e a Administração entende que os créditos serão realizados dentro do prazo estipulado na legislação vigente. Perante a um cenário conservador, a Administração projeta a realização da seguinte forma:

Discriminação	Prejuízo fiscal	Base negativa da CSLL	Outras despesas	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais	Totais	Valor presente
2023	-	-	-	-	-	-	0
2024	996	597	-	-	-	1.593	1.316
2025	80	938	-	-	-	1.018	786
2026	-	745	-	-	-	745	527
2027	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 5 anos	-	-	1.432	6.598	(2.080)	5.950	3.867
Total	1.076	2.280	1.432	6.598	(2.080)	9.306	6.496

O valor presente do crédito tributário é estimado em R$6.496 utilizada a taxa Selic estipulada para os respectivos períodos (taxas Selic extraídas do boletim Focus do Bacen datado de 30/06/23). **14.** Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) Ativos contingentes: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 30/06/23 e 31/12/22, a Corretora não tem contabilizados ativos contingentes. b) Passivos contingentes e obrigações legais: *Provisões trabalhistas:* São compostas por demandas movidas por ex-colaboradores principalmente com pedidos de horas extras, equiparação salarial e vínculo empregatício. Os valores das contingências são provisionados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo e o parecer de consultores jurídicos externos e internos. *Provisões cíveis:* Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios) os valores das contingências são provisionados com base no parecer de consultores jurídicos externos e internos. *Provisões fiscais e previdenciárias:* As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes. Sua constituição é baseada na opinião de consultores jurídicos externos e internos e na instância em que se encontra cada um dos processos. c) Composição e movimentação das provisões no semestre: A administração da Corretora está questionando a constitucionalidade de alguns procedimentos fiscais relacionados aos tributos federais, bem como participa em outros processos judiciais, fiscais e cíveis. A administração da Corretora, com base na opinião dos consultores jurídicos, considera, para os processos judiciais em andamento, que as provisões para esses riscos em 30/06/23 e 31/12/22 são adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes desses processos. As provisões constituídas e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas em 30/06/23 e 31/12/22:

	30/06/23 Fiscais	30/06/23 Trabalhistas	31/12/22 Fiscais	31/12/22 Trabalhistas
Saldo no início do semestre	12.028	3.481	11.350	2.955
(+) Constituições	-	615	-	601
(-) Baixas e reversões	-	-	-	(75)
(+) Atualização monetária	374	-	678	-
Saldo no final do semestre	12.402	4.096	12.028	3.481

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Em 30/06/23 e 31/12/22 a Corretora figurava como parte em processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos consultores jurídicos e da administração, são classificados com probabilidade de êxito possíveis, e não estão provisionados. • Corretora é ré em processos por danos materiais e morais referentes a operações realizadas por investidores. A administração da Corretora discorda das exigências formuladas pelo autor apresentado contestações. • Processos trabalhistas em que se discute a inexistência de relação de emprego, e, consequentemente, as verbas correlatas, tais como horas extras e equiparação salarial. • Os processos administrativos, cíveis e trabalhistas que, com base na opinião dos assessores jurídicos e da administração, são classificados como perdas possíveis no montante de R$57.163 (R$45.121 em 31/12/22), não são reconhecidos contabilmente. • Em 2011, a Corretora recebeu autos de infração da Receita Federal para exigência de valores relativos a: a) IRPJ e CSLL em função (i) do pagamento de dividendos aos acionistas mediante a entrega de ações avaliadas a valores de livro; e (ii) do processo de desmutualização da BOVESPA e da BM&F; e b) Contribuição para o PIS e COFINS em função (i) do processo de desmutualização da BOVESPA e da BM&F; e (ii) da importação de serviços de assessoria financeira. Em relação aos questionamentos sobre IRPJ e CSLL em função do pagamento de dividendos aos acionistas mediante a entrega de ações avaliadas a valores de livro e contribuição de PIS e COFINS em função do processo de desmutualização da BOVESPA e da BM&F. A cobrança pela União Federal a título de IRPJ e de CSLL decorrente do pagamento de dividendos aos acionistas mediante a entrega de ações avaliadas a valores de livro encontra- se encerrada no processo administrativo. A validade do débito é objeto de ação judicial, estando a sua exigibilidade suspensa por força de decisão liminar proferida em primeira instância pela Justiça Federal e confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo a sua perda classificada como possível pelos assessores jurídicos da Corretora. A Corretora questiona judicialmente o auto de infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ e de CSLL por suposta distribuição disfarçada de lucros quando da transformação societária das bolsas (Bovespa e BM&F) em sociedades anônimas ("desmutualização"). A Corretora alega que a operação de distribuição de dividendos "in natura" poderia ser realizada com base no valor de livro das ações. Dessa forma, com base na opinião dos assessores jurídicos, o valor em risco é de R$133.008 em 30/06/23 (R$129.375 em 31/12/22). A Corretora questiona judicialmente o auto de infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de cobrança de PIS e COFINS sobre a venda das ações que substituíram os títulos da Bovespa e da BM&F, sob a alegação de que as ações deveriam ser classificadas como integrantes do ativo circulante. A Corretora alega que as ações estariam corretamente classificadas como integrantes do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e COFINS conforme determina o art. 3, §2º, inciso IV da Lei 9.718/1998. Dessa forma, com base na opinião de seus assessores jurídicos, o valor da exposição tributária é de R$29.370 em 30/06/23 (R$28.696 em 31/12/22). **15.** Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 30/06/23 o capital social é representado por 179.485 ações ordinárias (31/12/22 - 179.485). Em AGE datada de 30/06/22, os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R$3.609 com emissão de 15.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 13/12/22. b) Dividendos: O estatuto prevê a destinação de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido conforme legislação societária. No semestre findo em 30/06/23, não houve distribuição de dividendos (31/12/22 – R$6.445). c) Reserva legal: Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, Ltda. a 20% do capital social e aprovada em assembleia de acionistas. No semestre findo em 30/06/23, não houve constituição de reserva legal (31/12/21 – R$467). d) Reserva de lucros especial: Constituída pelo lucro líquido do exercício não distribuído.

16. Outras despesas administrativas	30/06/23	30/06/22
Aluguéis	1.601	1.655
Comunicações	959	1.152
Depreciação e amortização	1.748	1.650
Processamento de dados	13.682	12.267
Propaganda e publicidade	1.850	2.932
Seguros	201	153
Serviços do sistema financeiro	2.287	2.343
Serviços técnicos especializados	5.065	2.953
Outros	2.663	2.600
	30.056	27.705

17. Receita com prestação de serviços	30/06/23	30/06/22
Taxa de administração de fundos e sociedades de investimento	1.659	2.424
Comissões	6.736	11.428
Rendas de corretagem de operações de bolsa	28.286	34.108
Outros	-	48
Totais	36.681	48.008

18. Transações com partes relacionadas: a) A remuneração total dos Diretores durante o semestre findo em 30/06/23, foi de R$1.420 (Em 31/12/22 - R$7.754), a qual é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a administração não existem outros benefícios de curto e LP. b) Durante o semestre findo em 30/06/23, foi pago, a título de aluguel de sala comercial, o montante de R$337 (Em 31/12/22 - R$675) à empresa JRS Empreendimentos, cujo acionista também é acionista da Ativa Investimentos. c) Os acionistas da Corretora mantêm saldo de depósitos para investimentos e credores - conta de liquidação pendente junto à Corretora em 30/06/23, no montante de R$14 (Em 31/12/222 - R$47). **19.** Gerenciamento de risco: A gestão de risco das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da Corretora, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Essas estruturas de gerenciamento e podem ser assim resumidas: a) Risco de mercado: A administração de riscos nas operações é efetuada através do monitoramento de limites e exposições aos riscos pela área de risco, que atua de forma independente das áreas de negócio. Os limites e posições são discutidos em Comitê de Risco & Compliance. Como rotina diária, a área de risco controla as alavancagens dos clientes da Corretora como forma de limitar a exposição ao risco de mercado, realiza a marcação a mercado de sua carteira própria, além de pré-avaliar as chamadas de margem que ocorrerão no dia seguinte de forma a agir proativamente para evitar saldos negativos de seus clientes. Outra medida adotada pela área de risco em momentos de maior volatilidade no mercado é o estabelecimento de percentuais de sobre-garantias mais elevados comparativamente a momentos de normalidade. b) Riscos de liquidez: Controla-se o fluxo de caixa futuro, de forma a identificar possíveis descasamentos entre ativos e passivos. Além do fluxo de caixa contratado, verifica-se o comportamento do fluxo de caixa em cenários de stress, considerando renovações, resgates antecipados, diminuição de novas captações para a parte passiva da carteira da Corretora; renovações, defaults e atrasos para a carteira de crédito; e situações de stress de mercado sobre a carteira de ativos negociado sem bolsa. A Corretora também realiza testes de sensibilidade para impactos no valor de sua carteira própria de acordo com metodologia adotada pelo BACEN. c) Risco de crédito: A Corretora avalia continuamente o valor das aplicações de toda a sua base de clientes e as compara com os valores declarados pelos mesmo sem seu cadastro, mantendo as exposições dos clientes compatíveis com seu patrimônio declarado. Também são avaliadas continuamente a qualidade das garantias depositadas pelos clientes na Corretora, assim como os saldos em conta e os valores de patrimônio líquido de cada um dos clientes. d) Risco operacional: A gestão de risco é efetuada através da análise dos principais processos e identificação dos riscos e respectivos controles mitigadores. Anualmente, a Corretora realiza ciclo de autoavaliação para identificação e correção das deficiências de controles e emite relatório que consolida as deficiências identificadas e descreve e estrutura do gerenciamento do risco operacional adotado pela corretora. O risco operacional é subordinado à diretoria independente que mantém estreita interação com a área de Compliance, visando a segurança de todos os procedimentos. Os relatórios de gestão de riscos são de acesso público e encontram-se disponíveis na sede da Corretora: Av. das Américas, 3.500, Condomínio Le Monde, Ed. Londres, Sls 314 a 318, Barra da Tijuca, RJ, CEP 22640-102. Tel.: (21) 3515-0200. **20.** Acordo Basileia: Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar. As instituições contábeis e entidades equiparadas têm que manter patrimônio de referência mínimo de 10,5% dos seus ativos ponderados por graus de risco às exposições em ouro, moedas estrangeiras e operações sujeitas ao risco operacional e às variações: cambial; de taxa de juros; de preço de commodities; e de preço de ações classificadas na carteira de negociação, conforme normas e instruções do BACEN. Em 30/06/23 e 31/12/22, os limites operacionais estão devidamente atendidos. A situação da Corretora, em relação ao risco de exposição das operações contábeis, está assim representada:

	30/06/23	30/06/22
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	33.164	28.350
Ativos ponderados por risco (RWA)	414.546	356.628
Risco de mercado	118.965	101.738
Risco de crédito	12.044	22.227
Risco operacional

Ativa Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores CNPJ nº 33.775.974/0001-04

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. RJ, 25/08/23.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5;
Hugo Lisboa Ferreira - Contador - CRC 1RJ116875/O-0

Economia

Abimaq

Setor de máquinas e equipamentos registra nova queda em julho

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Com a piora nas atividades do mercado doméstico, o setor de máquinas e equipamentos registrou, no mês de julho, uma nova queda em sua receita líquida total de vendas, que totalizou R$ 23,7 bilhões. Segundo dados divulgados ontem pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a receita líquida de vendas total do setor teve um recuo de 10,5% em relação ao mesmo mês do ano passado e queda de 4,6% em relação a junho. Esse declínio, segundo a associação, vem ocorrendo desde 2022.

Em julho, as exportações do setor somaram US$ 1,17 bilhão, o que representou alta de 16,7% em relação ao mês de julho de 2022 e de 12,2% em relação ao mês anterior.

As importações de máquinas e equipamentos também apresentaram aumento no período. Na comparação com julho de 2022, o crescimento foi de 15,8%, totalizando US$ 2,29 bilhões em importações.

Entre janeiro e julho deste ano, as importações superaram as realizadas em igual período de 2022 em 14,3%, atingindo US$ 15,6 bilhões, o que representou 40% do total de máquinas consumidas no país. Segundo a Abimaq, os dados recentes indicam relativa perda de competitividade da indústria local perante os bens importados.

Já o consumo aparente de máquinas e equipamentos, que é o resultado da soma da aquisição de bens produzidos localmente com os importados, apresentou queda de 9,9% na comparação com julho de 2022, somando R$ 29,6 bilhões.

O número de pessoas ocupadas na indústria brasileira de máquinas e equipamentos registrou, em julho, uma redução de 0,9% em relação ao mesmo mês de 2022, totalizando 392.752 trabalhadores no setor.

A Abimaq informouque mantém as projeções de fechamento para o ano de queda de 3,4%, mas que esse número deverá ser revisado para baixo, ampliando o recuo para mais próximo dos 10%.

Contas

Governo Central tem 2º maior déficit para meses de julho

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Sem dividendos da Petrobras e com mudanças no cronograma do décimo terceiro de aposentados e pensionistas e do abono salarial, o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou o maior déficit primário para meses de julho em três anos. No mês passado, o resultado ficou negativo em R$ 35,933 bilhões, contra superávit de R$ 18,949 bilhões obtido em julho de 2022.

Tanto em valores nominais como reais (corrigidos pela inflação), o resultado de julho foi o segundo pior da história e o pior para o mês desde julho de 2020. Naquele mês, houve déficit primário de R$ 87,887 bilhões por causa dos gastos extras com a pandemia de Covid-19.

O resultado veio muito pior do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 6 bilhões em julho.

Com o resultado de julho, o Governo Central acumula déficit primário de R$ 78,246 bilhões em 2023. Em valores nominais, esse é o segundo maior déficit acumulado, só perdendo para o os sete primeiros meses de 2020 (resultado negativo de R$ 505,232 bilhões). Em valores reais (corrigido pela inflação), é o quinto maior déficit da série.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano estabelece meta de déficit primário de R$ 231,5 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central).

Em janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou umpacote que pretende aumentar a arrecadaçãoe revisar gastos para melhorar as contas públicas e diminuir o déficit para cerca de R$ 100 bilhões em 2023 . No fim de julho, a Secretaria de Política Econômica informou que a previsão oficial de déficit primárioestá em R$ 145,4 bilhões para este ano.

RECEITAS

Na comparação com julho do ano passado, as receitas caíram, enquanto as despesas cresceram. No último mês, as receitas líquidas caíram 1,5% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a queda chega a 5,3%. No mesmo período, as despesas totais subiram 36,5% em valores nominais e 31,3% após descontar a inflação.

Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve queda de 3,7% em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação. As maiores reduções ocorreram no Imposto de Renda, com recuo de 8,4% descontada a inflação, e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, com retração de 16,4%. As quedas decorrem tanto da diminuição do lucro das empresas como de pagamentos atípicos (acerto de contas) ocorridos em 2022 e que não se repetiram este ano.

Em relação às receitas não-administradas pela Receita Federal, os maiores recuos foram registrados no pagamento de dividendos e de juros sobre capital próprio das estatais, com queda de R$ 5,4 bilhões (-74,8%) em valores corrigidos pela inflação. Segundo o Tesouro Nacional, isso ocorreu porque a Petrobras distribuiu dividendos (parcela dos lucros destinada aos acionistas) em julho do ano passado. Neste ano, a distribuição ocorreu em agosto.

Outro recuo importante ocorreu com as receitas de royalties, que caíram R$ 5,74 bilhões (-27,7%) descontada a inflação no mês passado na comparação com julho de 2022. Atualmente, a cotação do barril internacional está em torno de US$ 84 após ter chegado a US$ 120 no meio do ano passado, por causa da guerra entre Rússia e Ucrânia.

DESPESAS

Turbinados pelo novo Bolsa Família, os gastos com programas sociais subiram R$ 6,5 bilhões acima da inflação em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado. Por causa do pagamento do décimo terceiro para aposentados e pensionistas, os gastos com a Previdência Social subiram R$ 26,6 bilhões a mais que o IPCA. No ano passado, o décimo terceiro foi pago de abril a junho. Neste ano, o pagamento ocorreu de maio a julho.

Outro fator que reforçou os gastos foi a alta de R$ 5,1 bilhões acima da inflação no pagamento de abono salarial e seguro desemprego. Isso ocorreu porque o calendário deste ano foi diluído de fevereiro a julho, em vez de se concentrar em fevereiro e março, como em 2022.

Os gastos com o funcionalismo federal subiram 1,4% acima da inflação em julho comparada com o mesmo mês do ano passado. A alta reflete o aumento de 9% concedido aos servidores do Poder Executivo Federal,aprovadono fim de abril pelo Congresso.

Em relação aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o governo federal investiu R$ 29,354 bilhões nos sete primeiros meses do ano. O valor representa alta de 17,5% acima do IPCA em relação ao mesmo período de 2022. Nos últimos meses, essa despesa tem alternado momentos de crescimento e de queda descontada a inflação. O Tesouro atribui a volatilidade ao ritmo variável no fluxo de obras públicas.

Julho

Brasil tem recorde na produção de petróleo

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou ontem que foi produzido um total de 4,482 milhões de barris de óleo equivalente por dia (MMboe/d) em julho. Foi a maior produção total já registrada, superando o recorde de junho de 2023, com4,324 milhõesdeMMboe/d.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feiranoBoletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Naturalde julho de 2023, que traz os dados consolidados da produção nacional. Nesse mês, houve recorde na produção total (petróleo egás natural), bem como na de petróleo e na de gás natural consideradas separadamente e também na produção do pré-sal.

Com relação ao petróleo, foram produzidos 3,513 milhões de barris por dia (MMbbl/d), um aumento de 4,3% na comparação com o mês anterior e de 18,6% em relação a julho de 2022. A maior produção registrada anteriormente foi a de junho de 2023:3,367MMbbl/d.

A produção de gás natural em julho foi de 154,076 milhões de metros cúbicos por dia (MMm^3/d), um acréscimo de 1,2 % em relação a junho de 2023 e de 13,6% na comparação com julho de 2022. Também foi o maior volume até hoje, superando o de junho de 2023:152,258 milhões de metros cúbicos por dia (MMm^3/d).

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL - 1º Leilão: 12/09/2023 às 15:00 (Horário de Brasília) - 2º Leilão: 22/09/2023 às 15:01 (Horário de Brasília)
Ana Cláudia Camargo de Oliveira, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 1129, com escritório na Avenida Andrômeda, 885, salas 1401 e 1402, Edifício Brascan, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06473-000, faz saber a todos quanto o presente **edital** virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **Público Leilão** de modo **On-Line Extrajudicial**, nos termos da forma da Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizada pela comitente **Virgo Companhia De Securitização**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.769.451/0001-08, nos termos do Instrumento Particular, na forma do art. 38, da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997, firmado com o devedor fiduciante André Luiz de Figueiredo Villar, inscrita no CPF/MF sob nº 014.453.447-93, em **Primeiro Leilão: 12/09/2023 às 15:00** (horário de Brasília), oportunidade em que o bem será vendido pelo valor lance mínimo igual ou superior de **R$ 203.000,00** (duzentos e três mil reais), correspondente ao valor de avaliação em 10/2021, não havendo licitantes, seguirá sem interrupção para o **Segundo Leilão:** em **22/09/2023 às 15:01** (horário de Brasília), com encerramento em **03/10/2023 às 15:00** (horário de Brasília), e lance mínimo de **R$ 108.450,56** (cento e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) (valores sujeitos a atualizações, conforme disposições contratuais), o imóvel constituído por: "**Um apartamento** no Condomínio Village dos Ipês no Rio de Janeiro/RJ, assim descrito na **Matrícula Nº 95.593 do 9º Cartório de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro - RJ**: O terreno mede 36,50m de frente, parte em curva externa subordinada a um raio de 47,00m; nos fundos mede 33,60m mais 33,60m configurando um angulo obtuso externo; a direita mede 70,00m mais 34,40m (no mesmo rumo da linha de fundo do lote 1); 67,50m a esquerda, sendo o lote 2, na 2ª medição da lateral direita, atingindo por faixa non aedificandi com 2,00m de largura, confronta a direita com o predio nº 305 da rua Ministro Gabriel de Piza no lote 1 do PA 38.429, e com os predios nºs 101 e 102 da rua São Boneto, a esquerda com terreno do nº 339 da rua Ministro Gabriel de Piza, e nos fundos com os predios nºs 44, 88 e 128 da rua Waldemar Loureiro." Imóvel ocupado. Venda em caráter ad corpus, ou seja, no estado de conservação em que se encontra. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar no portal www.atrioleiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Pagamento à vista. Comissão devida à leiloeira: 5% (cinco por cento) do valor da arrematação. Observação: gravames e demais ônus e condições, veja a íntegra deste edital no site www.atrioleiloes.com.br. Informações pelo telefone (11) 97363-9856 ou e-mail contato@atrioleiloes.com.br.

Recursos

BNDES quer abrir crédito de R$ 500 mi para o audiovisual

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quer abrir uma linha de crédito de R$ 500 milhões para o setor de audiovisual brasileiro. A afirmação é do presidente da instituição, Aloizio Mercadante. Ele abriu, na manhã desta quarta-feira, um seminário sobre incentivos ao setor, realizado na sede do banco, no Rio de Janeiro.

Citando números de 2019 sobre a importância da indústria cultural no país, que empregava mais de 657 mil pessoas e movimentava cerca de R$ 55 bilhões na economia, sendo R$ 7,7 bilhões em impostos arrecadados, Mercadante afirmou que o banco vai voltar a ser protagonista no incentivo ao setor, após anos de retrocesso em governos anteriores.

"O tempo da resistência da cultura, da sobrevivência em relação ao desmonte, ao negacionismo, ao retrocesso acabou. Precisamos de uma agenda ofensiva de defesa da cultura, do cinema e do audiovisual brasileiro", afirmou. "Um banco público tem uma relação profunda com o desafio de impulsionar a cultura, a economia criativa e todo o audiovisual", declarou Mercadante, que indicou que vai buscar parcerias com a iniciativa privada.

FINANCIAMENTO

Mercadante citou a necessidade de ajuda para produtoras de filmes e salas de distribuição que fizeram empréstimos com o BNDES e enfrentaram dificuldades durante a pandemia de covid-19. "Temos um passivo financeiro para negociar. Estamos muito atentos de que precisamos encontrar soluções e permitir que essas empresas sobrevivam e possam voltar ao mercado. Vamos fazer isso, nos limites da lei, tudo o que estiver ao nosso alcance. Vamos olhar com carinho e atenção para que o audiovisual se recomponha e recupere o seu papel histórico", afirmou.

"Nós queremos colocar no crédito direto para o audiovisual R$ 500 milhões o mais rapidamente possível, para a gente começar a refinanciar o cinema", anunciou Mercadante, que fez uma sugestão às pequenas produtoras.

"A fragilidade no início de uma produtora dificulta o financiamento. Tem dificuldade de garantias, dificuldades da lei que são intransponíveis. Pensem a possibilidade de montar cooperativas."

Ele acrescentou que, para o BNDES, é mais rápido e ágil financiar cooperativas. "As novas produtoras juntas têm forças. Separadas podem não ter condições de atravessar o momento inicial. Depois podem virar uma produtora independente."

PROJETOS

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, defendeu políticas de incentivo ao audiovisual brasileiro, como regulação das plataformas digitais, direitos autorais mais justos e a chamada cota de telas, que reserva espaço na TV paga para a exibição de produções nacionais. O projeto de lei tramita no Congresso e foi aprovado, na terça-feira passada, pela Comissão de Educação e Cultura do Senado.

"É importantíssimo estarmos voltados, neste momento, com toda a nossa força e determinação para colocar o setor audiovisual brasileiro a todo vapor, no que diz respeito à sua produção, visando ao desenvolvimento econômico."

A ministra ressaltou a diversidade da população brasileira como uma das forças do audiovisual. "Fundamental que outros talentos tragam diversidade da nossa gente, também possam ter espaço para refletir o jeito e as feições do nosso povo. Um audiovisual no qual a gente possa se reconhecer. Nele podemos registrar nosso tempo e imaginar nossos mundos, tudo sob a nossa ótica, do nosso jeito."

Levantamento

Petrobras deixa lista demaiores pagadoras de dividendos

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

A Petrobras foi a companhia global com o maior corte no valor dos dividendos pagos no segundo trimestre, conforme levantamento da gestora Janus Henderson. Com a queda, a empresa deixou a lista de maiores pagadoras do mundo, que liderou no mesmo período do ano anterior. O desempenho da estatal ainda não contempla a mudança na política de dividendos aprovada em julho, uma vez que a Janus Hederson considera o valor efetivamente pago em cada trimestre -e, portanto, aprovado em trimestres anteriores.

Em relatório divulgado ontem, a gestora diz que o corte nos dividendos da Petrobras reflete os menores preços da energia. O ranking não traz valores, mas diz que o recuo da companhia foi determinante para a queda de 53% nos dividendos pagos por empresas brasileiras. "Maior pagadora do mundo em 2022, a Petrobras também teve o maior corte de dividendos no segundo trimestre", resume o texto. Em 2022, quando teve o maior lucro da história das companhias abertas brasileiras, a estatal distribuiu R$ 194 bilhões.

Manhã 28º Tarde 12º Noite 5% 06:19 17:56 **INVERNO:** Sol com poucas nuvens. Não chove.

FIM AO GOLPISMO

PT cobra punição a militares pelo 8/1 e urgência em limites

CATIA SEABRA/FOLHAPRESS

O diretório nacional do PT decidiu cobrar publicamente a punição exemplar dos militares envolvidos nos ataques golpistas de 8 de janeiro, quando bolsonaristas invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes.

O comando petista também optou por não barrar alianças com o partido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições municipais de 2024. A resolução aprovada pelos petistas ainda defende a reeleição de Lula em 2026.

O comando do PT se reuniu na segunda-feira passada. A resolução que resultou do encontro, divulgada ontem, aponta como "urgente uma tomada de posição contundente em relação ao papel dos militares em nossa democracia, delimitando suas funções ao que está previsto na Constituição".

O documento recomenda punição dos apoiadores dos ataques golpistas inclusive no âmbito militar.

Segundo o texto, o "comprovado envolvimento de oficiais graduados, ex-comandantes, bem como policiais militares e outros membros das Forças Armadas na sustentação da tentativa de golpe em 8 de Janeiro, não permite leniência".

"A punição exemplar dos golpistas, inclusive no âmbito militar e, quando comprovado, de oficiais de alta patente, é essencial para impedir que se volte a articular contra a democracia", acrescenta.

Por apenas dois votos, o comando petista decidiu também não vetar alianças com o partido de Bolsonaro no pleito municipal do próximo ano. Ficam permitidas coligações com candidatos do PL, desde que eles apoiem Lula e sua reeleição.

A resolução do PT não cita o PL, limitando-se a proibir apoio a candidaturas identificadas com o bolsonarismo.

"É vedado apoio a candidatos e candidatas identificados com o projeto bolsonarista", diz o documento.

Essa redação foi submetida à votação no diretório petista, tendo sido aprovada por 29 votos contra 27. Teve como base um texto apresentado pela corrente CNB (Construindo um Novo Brasil), tendência majoritária integrada por Lula.

A esse texto-base, tinha sido apresentada uma emenda que proibia expressamente alianças com o partido de Bolsonaro.

APOS FALA DE LULA

Tarcísio diz que fará esforço para ir a eventos do PAC

ARTUR RODRIGUES/FOLHAPRESS

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou ontem que fará "todo esforço" para estar presente a evento do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) com a presença do presidente Lula (PT).

A declaração, dada durante agenda em Guarulhos (SP), aconteceu após Lula dizer em uma live que convidaria Tarcísio para evento no estado, mas que se ele não quisesse participar realizaria o ato do mesmo jeito.

"Devo estar presente sim, eventos do PAC são importantes sim", disse Tarcísio. "Havendo um evento de Programa de Aceleração do Crescimento aqui em São Paulo, a gente vai fazer todo esforço para estar presente, para participar, é importante. São obras que a gente vai fazer em conjunto, que no final o destinatário da política pública é o cidadão".

Segundo o governador, os três pedidos de inclusão de projetos no PAC feitos pelo estado foram atendidos --são eles o trem intercidades, o prolongamento da linha 2-Verde do metrô e a travessia entre Santos e Guarujá.

Lula afirmou na terça-feira passada durante o programa Conversa com o Presidente que convidaria tanto Tarcísio em São Paulo quanto Romeu Zema (Novo) em Minas Gerais. Ambos são tidos hoje como potenciais opositores do PT nas próximas eleições presidenciais.

"Eu quero ver se na outra semana eu consigo ir a Minas Gerais e a São Paulo, para discutir os investimentos do estado de São Paulo. Vamos tentar fazer um ato, vamos tentar a participação do governo do estado. Se (Tarcísio) quiser participar, se não quiser participar, a gente fará o ato do mesmo jeito", afirmou.

"Mas, como nós somos civilizados, nós vamos fazer e convocar o governador, porque é importante ele estar, porque os compromissos que nós vamos assumir são com eles também."

Os governadores puderam indicar até três projetos prioritários para serem incluídos no Novo PAC. O programa foi lançado na primeira quinzena de agosto, em um grande evento no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

A maioria dos governadores foi ao evento e Tarcísio e Zema estiveram entre os ausentes. O governador paulista anunciou com antecedência que não participaria e que enviaria em seu lugar o vice Felício Ramuth --naquele dia, ele deu uma palestra no TCE (Tribunal de Contas do Estado). Zema, por sua vez, não se manifestou em nenhum momento sobre o convite.

Tarcísio vive idas e vindas entre acenos aos bolsonaristas e ao centro, e acaba sendo criticado pela base fiel do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) devido a qualquer proximidade, mesmo institucional, com Lula.

FREIO DE ARRUMAÇÃO

Governo anuncia PEC que proíbe militar da ativa de se candidatar

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Um grupo de senadores fechou um acordo com o governo federal para apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que restringe a participação de militares das Forças Armadas em processos eleitorais. A ideia é que, para disputar cargos eletivos, membros das Forças Armadas tenham que deixar a carreira militar, entrando para a reserva.

"Estamos de acordo, enquanto governo vamos apoiar essa iniciativa de senadores, que devem apresentar essa PEC no Senado o mais rápido possível", destacou o ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, após uma reunião no Ministério da Defesa. "A proposta de emenda constitucional apresentada pelos senadores se restringe à questão de candidaturas eleitorais. O militar que, estando na carreira militar,queira entrar para o processo político-eleitoral, terá que entrar para a reserva", acrescentou.

O Palácio do Planalto e o Ministério da Defesa, em conjunto com os comandos militares do Exército, da Marinha e da Força Aérea, vinham debatendo propostas de texto com restrições àparticipação de militares em cargos políticos. Nas primeiras versões, as restrições eram mais amplas e abrangiam até mesmo a nomeação de militares da ativa em cargos como o de ministro de Estado.

"Originalmente, tinha a inclusão de ministros e, na evolução do diálogo, se percebeu que isso poderia caracterizar um tom discriminatório, e isso não é objetivo nosso", ponderou o líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BA), que será o autor da PEC.

Segundo ele, o texto deve ser apresentado em cerca de duas semanas, já que precisa ter o apoio prévio de pelo menos 27 senadores, por ser uma proposta de emenda constitucional. Wagner foi ao ministério da Defesa acompanhado do senador Otto Alencar (PSD-BA), que é líder da maior bancada partidária no Senado - com 15 senadores -, e também do senador Renan Calheiros (MDB-AL).

"Evidentemente, estamosaqui porque não seria razoável adentrar com uma PEC dessa sem consultar o ministro da Defesa e saber como isso seria recebido internamente pelas Forças Armadas. E, felizmente, o ministro nos transmite que há uma pacificação no comando das Três Forças, e do próprio ministérioem relação a esse tema, que eles acham positivo para a convivência dentro das forças, que exige, basicamente, como doutrina, a hierarquia e a disciplina", argumentou Wagner.

Para o senador, "alguém que sai para enfrentar uma campanha é obrigado a estar nos palanques, expressar opiniões, inclusive sobre as forças, e o retorno pode criar algum constrangimento ou mal-estar". Com o apoio interno das Forças Armadas, o petista vê com otimismo o avanço da proposta no Congresso Nacional.

Sobre a possibilidade de militares da ativa poderem assumir cargos como os de ministro de Estado, o parlamentar explicou que, nesses casos, não se trata de um ato voluntário de um militar, mas sim um convite, e ele não poderia ser "penalizado".

PM SEM RESTRIÇÕES

De acordo com o senador Jacques Wagner, a PEC não deve incluir integrantes das polícias militares, já que, para ele, o tema deve ser objeto de projetos de lei. "Aqui estamos tratando de forças que devem sua hierarquia ao ministro da Defesa e ao presidente da República. As polícias militares têm como comandante em chefe, os seus governadores. Então, seria muito arriscado você tomar uma iniciativa dessa sem fazer uma consulta com os governadores. Nós não vamos misturar as coisas, isso terá que ser discutido pelos governadores de estado", afirmou o parlamentar.

PARQUE DOM PEDRO II

Protesto de motoristas bloqueia terminal

FRANCISCO LIMA NETO/FOLHAPRESS

Um protesto motivado por uma disputa interna no SindMotoristas (Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo) interrompeu a entrada e a saída de ônibus no terminal Parque Dom Pedro II, no centro de em São Paulo, por uma hora e meia na manhã de ontem.

O bloqueio foi montado às 9h40, e a circulação de ônibus foi retomada por volta das 11h10. O terminal é o maior e mais movimentado da capital, com 52 linhas de ônibus.

A manifestação contou com a adesão de 40 trabalhadores e foi capitaneada pelo secretário de saúde do SindMotoristas, Valdemir de Jesus Santos, que afirma que a atual presidência do sindicato não atua pelos trabalhadores nem dá satisfação à categoria.

"A gente veio atender ao clamor da categoria. A data-base do nosso dissídio é 1° de maio. Estamos entrando em setembro e ninguém fala nada. O presidente não se pronuncia, e a gente fica à deriva", disse.

"A gente não é chamado para as reuniões e nem para as mesas com o sindicato patronal. Todas as categorias já fecharam suas mesas de negociação. E a nossa, que é tão importante, não tem resposta nenhuma", acrescentou.

Diretor do SindMotoristas, Nailton Ferreira de Souza disse que a categoria avalia a possibilidade de uma greve na próxima semana.

CÂMARA

Conselho abre processos contra sete deputados

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados abriu ontem processos contra sete deputados. Os processos abertos vão apurar as condutas dos deputados Marcon (PT-RS), Glauber Braga (PSOL-RJ), Abilio Brunini (PL-MT), André Fernandes (PL-CE), Ricardo Salles (PL-SP), Zucco (Republicanos-RS) e Sâmia Bomfim (PSOL-SP). O presidente do Conselho de Ética, Leur Lomanto Júnior (União-BA), sorteou a lista tríplice para a escolha do relator de cada caso.

O colegiado arquivou representação do PT contra o deputado José Medeiros (PL-MT), que havia sido acusado de intimidar a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) durante sessão em comemoração ao Dia da Mulher.Já o deputado Gabriel Mota (Republicanos-RR) apresentou parecer pelo arquivamento de representação do PP contra a deputada Juliana Cardoso (PT-SP). O partido a acusa de quebra de decoro por ter chamado de "assassinos" os parlamentares favoráveis à urgência para tramitação do projeto do marco temporal para demarcação de terras indígenas.

STF

Mendonça vota por marco temporal e empata em 2 a 2

JOSÉ MARQUES E JOÃO GABRIEL/FOLHAPRESS

O STF (Supremo Tribunal Federal) retomou ontem o julgamento da validade do marco temporal das terras indígenas, que não é tratado pela legislação com voto do ministro André Mendonça, que empatou o julgamento em 2 a 2.

Ele votou a favor da tese, defendida pelos ruralistas, que afirma que a demarcação dos territórios indígenas deve respeitar a área ocupada pelos povos até a promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988.

Em seu voto, Mendonça fez uma longa retrospectiva histórica sobre os locais ocupados pelos indígenas desde o século 16 e disse que caso o marco temporal seja derrubado "descortina-se a possibilidade de revolvimento de questões potencialmente relacionadas a tempos imemoriáveis".

"Essa hipótese, que por si só já me parece demasiadamente insegura, é ainda mais problemática na questão atual, no campo de uma viragem jurisprudencial", acrescentou.

Pelo critério do marco temporal, indígenas que não estivessem em suas terras até a data não teriam direito de reivindicá-las. Essa tese é criticada por advogados especializados em direitos dos povos indígenas, pois segundo eles validaria invasões e violências cometidas contra indígenas anteriormente à data.

Até agora, são 2 favoráveis e 2 contrários o marco temporal. Em junho, Mendonça havia pedido vista (mais tempo para análise) do processo e apresentou seu voto ontem.

Ele só vota na discussão sobre a fixação de uma tese constitucional a respeito da validade do marco temporal, porque está impedido de julgar o processo de referência para o caso -um recurso da Funai contra decisão do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) a favor da reintegração de posse de uma área tratada como de tradicional ocupação indígena em Santa Catarina.

Isso porque ele atuou, durante o governo Jair Bolsonaro, como advogado-geral da União nesse processo específico, e defendeu a tese que restringe as demarcações de terras indígenas.

Até agora, já votaram contra o marco temporal os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes, e a favor o ministro Kassio Nunes Marques.

O relator do processo, Edson Fachin, foi o primeiro a votar e refutou a tese do marco temporal, ainda em 2021. Ele disse que a teoria desconsidera a classificação dos direitos indígenas como fundamentais, ou seja, cláusulas pétreas que não podem ser suprimidas por emendas à Constituição.

Para o ministro, a proteção constitucional aos "direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam" não depende da existência de um marco.

Depois de Mendonça, o ministro seguinte a votar será Cristiano Zanin, primeiro indicado ao Supremo pelo presidente Lula (PT) em seu atual mandato. Ele apresentará o voto apenas nesta quinta-feira.

A retomada do julgamento do processo acontece em meio a novos protestos de indígenas em frente à corte.

A mobilização dos movimentos indígenas começou com um ato, na manhã desta quarta, na Esplanada dos Ministérios. Depois, a manifestação caminhou até o STF, onde foi organizada uma vigília.

Do lado de fora do Supremo, movimentos indígenas e servidores da Funai se mobilizaram para acompanhar o julgamento.

No estacionamento do Supremo, montaram três barracas e um telão, que transmitia as imagens do plenário da corte durante a votação.

Segundo a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) estima que quase mil indígenas já estavam em Brasília na terça-feira (29), véspera da retomada do julgamento.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 44ª (QUADRAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 44ª (Quadragésima Quarta) Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, ("Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), a **H.COMMCOR DTVM LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 14 andar, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.147/0001-50, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), além dos Titulares dos CRI, a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª (primeira) convocação, nos termos da Cláusula 11.10.1 do Termo de Securitização da Emissão, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 e 29 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia **20 de setembro de 2023, às 09:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRI, para, nos termos da cláusula 14.1.1. do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Concessão de prazo adicional para implemento da totalidade das Condições Precedentes Iniciais, de modo que sejam integralmente cumpridas até 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Renúncia ou perdão temporário pelo descumprimento de prazo para registro e/ou protocolo, conforme o caso, de determinados documentos da Emissão nos respectivos cartórios de títulos e documentos e cartório de registro de imóveis, bem como a concessão prazo adicional para sua realização e conclusão; **(iii)** Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de realização da AGT para os e-mails fiduciario@commcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "**Documentos para AGT – CRI MELCHIORETTO**", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5 do Termo de Securitização, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 30 de agosto de 2023.

Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização e de Distribuição

INVERNO: Sol com nuvens durante o dia, com chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 26º 20º 85% 06:06 17:41

COVID-19

Rio confirma primeiro caso da subvariante Ômicron EG.5

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Rio de Janeiro confirmou ontem o primeiro caso da subvariante Ômicron EG.5 da Covid-19 na cidade, atestada pelo laboratório de sequenciamento genético da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Trata-se de um paciente do sexo masculino, de 46 anos de idade, que apresentou sintomas leves, manteve isolamento domiciliar e não apresenta mais sintomas. Ele não tem histórico de viagem, o que indica que há transmissão local dessa linhagem.

Segundo a secretaria, o paciente não havia tomado a dose de reforço com a bivalente contra Covid-19, o que reforça a recomendação para que todas as pessoas maiores de 12 anos de idade realizem a dose de reforço, que mantém a proteção contra casos graves da variante Ômicron.

"É importante destacar que a cidade do Rio alcançou alta cobertura vacinal, atingindo 98% no esquema inicial (primeira e segunda dose). No entanto, a proteção vai caindo ao longo do tempo, o que torna indispensável tomar a dose de reforço", alerta a nota.

As vacinas estão disponíveis nas 237 unidades de Atenção Primária - clínicas da família e centros municipais de saúde. Além do Super Centro Carioca de Vacinação, em Botafogo, que funciona todos os dias, das 8h às 22h, e nos postos extras espalhados pela cidade.

ASSASSINATO

Pai diz que jovem morta na Rocinha era agredida por namorado

DANIELE DUTRA/FOLHAPRESS

A jovem de 19 anos encontrada morta com um tiro no peito na comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro, relatou agressões do namorado e chegou a pedir socorro uma semana antes do crime, segundo a família. A Polícia Civil investiga o caso. Segundo o pai de Jenifer Carvalho Paes, a filha e o namorado viviam um relacionamento conturbado, marcado por muito ciúme, brigas e violência. Na semana passada ele chegou a receber uma ligação da filha, dizendo que precisava de ajuda.

À reportagem, Rodrigo Carvalho contou que a filha chegou a enviar uma foto da cabeça machucada, após sofrer as agressões.

"A gente não sabia muita coisa desse rapaz. Ela fugiu da casa da mãe para morar com ele e só me ligava quando acontecia algum problema, o que era constante. Ela me ligou pedindo ajuda para comer, porque estava com fome e disse que havia sido agredida por ele. Mandei o dinheiro e disse para voltar para casa, que aceitaríamos ela de volta. Só que a Jenifer estava muito apegada a esse rapaz e acreditava que ele iria mudar. Ele batia nela, eles terminavam e depois ela sempre voltava para ele", conta Rodrigo.

O casal estava junto há cerca de quatro meses, e se conheceu no morro do Juramento. Quando os dois brigavam, Jenifer ia para a casa de uma amiga, também moradora da Rocinha. Segundo o pai, o namorado sempre a procurava quando isso acontecia. "Tudo o que eu sei foi que esse rapaz matou a minha filha. Nunca estive com ele, não sei o que faz, o que fazia e nem onde moravam, porque a Jenifer nunca me passou o endereço deles. A gente tentava descobrir onde ela estava, mas eles nunca passavam. Estou buscando justiça, quero que seja feita. Preciso que ele pague pelo o que fez com a minha filha", continua o pai.

Rodrigo conta que o rapaz chegou a ligar para a mãe da vítima dizendo que a Jennifer estava morta. A família da jovem também acredita que ele tenha envolvimento com o tráfico local. Assim que soube do crime, o pai foi até o local para ver o corpo da filha e se assustou com a cena.

Ele ligou para falar que ela estava morta, mas que ela tinha tirado a própria vida. Ela estava sentada na beirada da cama, com a cabeça baixa e um tiro no peito. As condições eram precárias. Era um cômodo pequeno, com uma cama e um armário, com dois pedaços de pão na pia. Foi o que deu para focalizar naquele momento. Lembrando que não tinha nenhuma arma próxima ou corpo dela.

Amigos e parentes se despediram da jovem na terça-feira, durante o sepultamento no Cemitério de Inhaúma, zona norte do Rio. "A Jennifer era uma filha linda, carinhosa, sonhava em ser dentista. Adorava a vida, gostava de dançar, brincar com os irmãos, era apaixonada por eles. Ele destruiu minha família", lamentou o pai.

A 11ª DP (Rocinha) investiga o caso. Em nota, a Polícia Civil disse que o namorado da vítima foi ouvido e passou pelo exame residuográfico.

Nota

PROJETO LUANA BARBOSA VOLTA A TRAMITAR NA ASSEMBLEIA DO RJ

No Mês da Visibilidade Lésbica, o Projeto de Lei Luana Barbosa volta a tramitar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). O projeto estabelece o dia 13 de abril como o Dia Municipal de Enfrentamento ao Lesbocídio, ou seja, o assassinato de lésbicas, tendo como motivação a discriminação. OProjeto de Lei 1.667/2023foi reapresentado pela deputada estadual Verônica Lima (PT-RJ). O PL havia sido inicialmente proposto pela então deputada estadual Mônica Francisco (PSOL-RJ), em 2021, mas foi arquivado no fim da legislatura. Agora, o texto volta a tramitarreapresentado por Verônica Lima, que é autora da lei Luana Barbosa que foi aprovada em Niterói, onde foi vereadora. A cidade tornou-se a primeira a ter umalegislação de enfrentamentoao lesbocídio. Luana Barbosa, que era negra, lésbica e periférica, foi brutalmente espancada e morta, vítima da violência policial. O crime ocorreu em 2016, em Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo. O caso ganhou repercussão nacional e internacional. Projetos de lei semelhantes, que chamam atenção para o caso de Luana e para violências cometidas contra mulheres lésbicas, foram apresentados em casas legislativas de todo o país.

GUERRA

Drones: Rússia acusa Ocidente pelo maior ataque da Ucrânia

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

A Ucrânia promoveu o maior ataque com drones contra o território russo desde o início da guerra promovida por Vladimir Putin em fevereiro de 2022. Ao menos seis regiões foram alvejadas, e houve danos importantes a quatro aviões de transporte pesado Iliuchin Il-76, o principal cargueiro militar de Moscou.

Ontem, o Ministério das Relações Exteriores da Rússia disse que os bombardeios só puderam ocorrer em áreas tão diversas e distantes da fronteira ucraniana com apoio de inteligência de países da Otan, a aliança militar ocidental. "Os ataques não passarão impunes", disse a porta-voz Maria Zakharova.

A ação começou no final da noite de terça (29) em Pskov, 600 km a noroeste da capital. "O Ministério da Defesa está repelindo um ataque de drones contra o aeroporto", escreveu no Telegram o governador Mikhail Vedernikov, que postou um vídeo de um grande incêndio, com sons de explosões e de sirenes.

Pskov fica a cerca de 60 km da fronteira com a Estônia, um membro da Otan, e pertence a uma região a 800 km da Ucrânia que ainda não havia sido atingida na guerra. Sedia uma importante base aérea, e a agência estatal russa Tass relatou que ao menos dois dos Il-76 foram engolfados por chamas.

Os aviões, de origem soviética, são o esteio da aviação de transporte militar da Rússia, que opera 110 deles. Antes, drones de Kiev haviam danificado e destruído bombardeiros estratégicos em bases dentro do país de Putin, e no ano passado metade de uma frota de caças na Crimeia foi destruída.

Devido aos ataques, os voos no aeroporto moscovita de Vnukovo foram suspensos na madrugada. Segundo a Defesa russa, três drones foram derrubados em Briansk, dois em Orlov, e outro, em Kaluga.

Houve ao menos um ataque contra Moscou, alvo constante de drones nas últimas semanas. Segundo a prefeitura, um aparelho foi derrubado perto do distrito de Ruzki. Por fim, Riazan também foi atingida.

Em Briansk, apesar dos relatos russos de que não houve grandes danos, vídeos em redes sociais mostraram a explosão de um drone sobre uma fábrica de microeletrônicos. Houve também explosões não identificadas em uma sétima localidade, Tula. Ainda é incerto que tipo de aparelho foi usado contra Pskov.

Os ucranianos têm alguns drones de longo alcance, que podem atingir alvos a mais de mil quilômetros, mas eles são maiores e em tese mais fáceis de serem identificados por defesas aéreas. Já modelos pequenos, de curto alcance, precisam ser lançados de dentro do território russo, sugerindo a infiltração de comandos ucranianos ou a colaboração de rebeldes contrários ao Kremlin.

Nesta semana, o foco parecia direcionado mais à Crimeia anexada, que teve dois dias seguidos com drones sendo abatidos por defesas russas. Ainda nesta madrugada na região, a Rússia disse ter afundado quatro botes de alta velocidade que transportavam soldados de tropas especiais ucranianas para tentar entrar na península. Outros dois botes foram destruídos perto da ilha da Cobra, no leste do mar Negro.

Kiev ainda não comentou esses episódios, que ocorreram uma semana depois de uma ação secreta que envolveu a entrada de forças especiais na Crimeia, com direito a hasteamento da bandeira ucraniana e a destruição de uma poderosa bateria antiaérea S-400 dos russos na região.

Em contrapartida, alarmes de ataque aéreo soaram em toda a Ucrânia durante a noite. Kiev sofreu um dos maiores ataques com mísseis e drones desde o final de 2022, e ao menos duas pessoas foram mortas.

Toda essa movimentação assimétrica ocorre enquanto a Ucrânia sofre para fazer avançar sua contraofensiva, lançada em 4 de junho. Nas duas últimas semanas, o Ministério da Defesa local anunciou a conquista da cidade de Robotine, o que poderia sugerir uma entrada mais incisiva na região de Zaporíjia.

Na prática, contudo, o avanço nem chegou ainda à primeira das três linhas fortificadas dos russos na região. Com o frio se aproximando, e a paciência do Ocidente cada vez mais duvidosa, a ação de Kiev se tornou uma corrida contra o tempo, temperada com um aumento nas ações de impacto mais simbólico.

Se os Il-76 foram destruídos, contudo, há um ganho militar evidente, dada a importância do aparelho para as Forças Armadas do Kremlin. De acordo com os relatos iniciais, não houve vítimas nos ataques.

ATENTADO

Avião do Grupo Wagner pode ter sido derrubado, diz Rússia

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

O Kremlin afirmou ontem que a investigação sobre a queda do avião do líder mercenário Ievguêni Prigojin considera a possibilidade de o jato ter sido derrubado em uma ação deliberada.

"É óbvio que diferentes versões estão sendo consideradas, inclusive a versão, e você sabe do que estou falando, de uma atrocidade deliberada", disse o porta-voz Dmitri Peskov na conversa diária com a mídia.

Prigojin, seu adjunto Dmitri Utkin e outras oito pessoas morreram no último dia 23, quando o jato Embraer Legacy 600 em que voavam caiu abruptamente no meio do caminho entre Moscou e São Petersburgo.

Os padrões de voo registrados por sites de monitoramento aéreo indicam algum evento catastrófico a bordo, levando a uma queda vertical após 32 segundos de instabilidade. Países como os Estados Unidos e a Ucrânia imediatamente apontaram o presidente Vladimir Putin como principal suspeito do crime.

Prigojin, afinal, era um aliado próximo do chefe do Kremlin até se desentender com a cúpula militar russa acerca da competição entre o seu Grupo Wagner e as forças regulares em ação na Ucrânia. No fim de junho, a crise desandou num motim que visava a derrubar a chefia das Forças Armadas, abortado em seu primeiro dia, mas que expôs Putin da forma mais humilhante em suas duas décadas de poder.

Peskov chamou a hipótese, sustentada pela coleção de mortos em condições suspeitas ou assassinados entre desafetos do Kremlin, de mentira absoluta. Os EUA descartaram, presumivelmente devido ao seu monitoramento de lançamentos na Rússia, o emprego de um míssil antiaéreo, o que em tese só poderia ser feito por forças do Kremlin embora a versão também isente ações de infiltrados no território russo.

O cipoal de suposições seguirá denso, até porque é a Rússia que comanda as informações acerca da apuração da queda da aeronave. Nesta quarta, a agência de investigação de acidentes aéreos da Rússia afirmou que não está participando da apuração sugerindo assim que ela está só nas mãos de órgãos policiais.

Além disso, Peskov disse não haver chance de participação estrangeira "numa investigação russa". Ele se referia ao relato, adiantado pela agência de notícias Reuters e confirmado pela Folha, de que Moscou não iria solicitar às autoridades brasileiras apoio na apuração.

Isso seria a praxe, já que o jato em que Prigojin morreu foi fabricado no Brasil. Segundo o anexo 13 da convenção da Icao (Organização Internacional de Aviação Civil, na sigla inglesa), assinada tanto por Brasília quanto por Moscou, a recomendação era a da participação da Embraer na análise do caso.

O Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos) afirmou que a comissão russa fez o comunicado na terça-feira. A Icao recomenda, mas não obriga as partes a compartilhar dados. O avião específico não recebia manutenção da fabricante brasileira desde que o veículo entrou em uma lista de sanções dos Estados Unidos em 2019.

Prigojin foi enterrado nesta terça em um cemitério nos arredores de São Petersburgo, onde também nasceu Putin, com quem se relacionava desde os anos 1990. O funeral foi fechado, e não se sabe se houve honras militares a que tinha direito por ter a medalha de Herói da Rússia, mais alta condecoração do país.

Nesta quarta começaram as visitas de membros do Wagner e de outros admiradores de Prigojin ao túmulo, ainda uma cova simples ornada com uma cruz ortodoxa de madeira. Como ocorre em cemitérios do grupo, ela deverá ser substituída por uma pirâmide pequena de granito.

A luta pelo espólio militar e econômico do Wagner continua, com Putin fazendo o papel de mediador. O grupo tem presença em pelo menos sete países africanos e na Síria. Depois do motim, seu núcleo foi exilado na Belarus, ditadura amiga da Rússia que mediou o fim da rebelião promovida pelos mercenários.

EUA

Furacão Idalia atinge a Flórida com ventos de 200 quilômetros por hora

FERNANDA PERRIN/FOLHAPRESS

Com ventos de 200 km/h, o furacão Idalia atingiu a Flórida às 8h45 de ontem, no horário de Brasília, na região de Keaton Beach. A expectativa é a de que o fenômeno, de categoria 3, a mesma do Katrina em 2005, que devastou Nova Orleans, na Luisiana, gere grande destruição no estado americano.

A velocidade é pouco inferior à da marca utilizada para classificar um furacão de categoria 4, de cerca de 210 km/h. Durante a madrugada, o Idalia chegou a esse patamar, mas enfraqueceu ligeiramente, retornando para a classe 3 na sequência. Tornados, fortes chuvas e enchentes acompanham o fenômeno.

Autoridades expressaram preocupação em especial com as "storm surges", ou seja, o avanço das ondas sobre a costa, efeito agravado pela superlua, quando o satélite está mais próximo da Terra e na fase cheia.

Na mesma toada, o Centro Nacional de Furacões alertou para impactos "catastróficos". Imagens mostram casas próximas da praia já quase completamente submersas em alguns pontos da Flórida. O nível do rio Steinhatchee, próximo de Keaton Beach, subiu quase 3 metros em duas horas.

Por volta das 12h, ainda no horário de Brasília, o furacão perdeu mais força conforme se aproxima da Geórgia e foi reclassificado para a categoria 1, com ventos de 144 km/h. Os efeitos, no entanto, continuam a ser sentidos.

O governador Ron DeSantis declarou estado de emergência e emitiu uma ordem de retirada de moradores em 22 dos 67 condados. Em entrevista na manhã desta quarta-feira, o republicano pediu à população para levar o furacão a sério e afirmou esperar um grande impacto na região.

Aeroportos, pontes e rodovias foram fechados, e aulas, suspensas. Uma parceria com a Uber liberou corridas de graça para moradores de regiões afetadas em direção a abrigos de emergência. O governo da Flórida também afirma ter negociado com hotéis para que os estabelecimentos recebam hóspedes com pets.

Nos últimos dias, autoridades orientaram a população a estocar alimentos e a deixar equipamentos eletrônicos carregados. Mais de 200 mil pessoas já estão sem energia, situação que deve perdurar por dias, devido ao impacto dos ventos sobre a rede de infraestrutura elétrica.